

# A morte do autor e a hermenêutica de si: a aporia fundante da escrita orientada sob suporte virtual

Elzira Yoko UYENO

[euyeno@uol.com.br](mailto:euyeno@uol.com.br)

Universidade de Taubaté (Unitau)doutorado

## Introdução

Embora constitua uma relação institucional escolar e, como tal, imponha a seus instituídos restrições da formação discursiva que lhes estabelece o que pode e deve ser dito (Foucault, 1969) e, ao mesmo tempo, os constitui, a especificidade que caracteriza a relação orientador-orientando de uma pesquisa acadêmica é inquestionável. Em virtude, também, de sua especificidade, essa relação tem recebido a mediação de tecnologias da informatização. Analisar os processos de subjetivação do orientador e do orientando via interação virtual constituiu a motivação deflagradora deste estudo.

Balizando-se teoricamente pela perspectiva discursiva francesa, partindo do pressuposto da inextrincabilidade entre o sujeito e o seu discurso que, intangível, lhe escapa por determinações de ordem interdiscursiva e intradiscursiva (Pêcheux, 1975), este estudo se consagrou à análise do discurso sobre a interação orientador-orientando sob suporte virtual.

## 1. Internet e intersubjetividade

Sob o ponto de vista de bem tecnológico, a Internet tem sido vista como o mais recente avatar. Entretanto, sob o ponto de vista de seus efeitos sobre as relações humanas, a Internet ainda evoca em muitos a figura da esfinge: “conecta-se e deciframe ou eu te devoro” ordena ela. “Atualizar o virtual e virtualizar tudo que é atual” são as palavras de ordem dos seus guardiões.

Tendo sua origem em um projeto de estratégia militar, permitindo acesso restrito à instituições de ensino e pesquisa em sua passagem para a sociedade civil, a Internet pôde ser estendida ao cidadão comum, a partir da década de 80, quando os microcomputadores passaram a custar menos e se tornaram mais fáceis de usar e, no início dos anos 90, teve início a utilização comercial da Rede, a partir do desenvolvimento do projeto da World Wide Web (WWW).

Para além de sua análise material e cronológica e para além da análise do bem e do mal que possa vir a causar, Levy (2001) se propõe a empreender uma análise filosófica dessa esfinge enigmática.

Segundo o autor, o senso comum entende virtual como a ausência de presença, como existência intangível em oposição a real. A palavra virtual significa hoje aquilo que existe em potencial, mas não em ato – elucidação aristotélica da essência das coisas –, por derivar do termo de origem latina e medieval *virtualis* que por sua vez, derivou do termo *virtus* que significava força, potência. É nesse sentido que *a árvore está virtualmente presente na semente* (Levy, 2001, p.16); portanto, virtual não se opõe ao real, mas ao atual: a árvore produz a semente que tem em si a árvore. A desterritorialização e o “efeito Moebius” têm sido considerados os efeitos mais visíveis e imediatos decorrentes da virtualização. A desterritorialização nomeia o fato de uma pessoa, um

ato, uma informação tornarem-se “não-presentes”, quando se virtualizam, produzindo, ainda, um deslocamento radical nos conceitos clássicos de lugar e de tempo: virtualiza-se por uma unidade de tempo sem uma unidade de lugar, em decorrência de as interações ocorrerem em tempo real. Apesar da desterritorialização dos elementos e da implosão do tempo e do espaço, virtual não significa imaginário. O “efeito Moebius” diz respeito à impossibilidade de se estabelecer a distinção entre exterior e interior. Das inúmeras indistinções, as mais flagrantes são as que ocorrem entre leitor e autor. Na medida em que o leitor de um texto virtual, dispondo de mecanismos de links, de cópias e de alterações, pode alterá-lo, a distinção entre autor e leitor se dissolve: há “co-autores” e “co-leitores”. Nenhuma leitura em computador é apenas leitura; é sempre uma edição, uma montagem singular. Para o autor, a virtualização inaugura uma nova forma de hominização, de constituição do homem.

Entender se essa interação virtual propicia ou impede a intersubjetividade tem constituído escopo de preocupação de filósofos como [Llasset \(2005\)](#) e [psicanalistas como Blaquier \(2005\)](#). Perguntar-se se é o sujeito que produz a intersubjetividade ou se é a intersubjetividade que faz emergir o sujeito constitui o norteamento de estudo dessas perspectivas em suas diversas vertentes.

Composta de “inter” que sugere a relação, a comunicação entre, e de “subjetividade” ou intuição do sujeito por ele mesmo, do que lhe é próprio, a palavra intersubjetividade designa uma relação do sujeito com outro sujeito no aspecto que lhes é próprio. Como conceito, a intersubjetividade tem sido usado como equivalente a “relação”, “interrelação”, “interpenetração”, “interdependência”, “interjogo”, “vínculo”, “interação”, “mútua constituição”, “relacional”, “interpessoal” ou “interativo”.

No âmbito da psicanálise, intersubjetividade constitui a análise de tudo que ocorre com o paciente e com o analista e entre eles, quando compartilham a sessão de análise, sem, contudo, implicar que ocorra uma simetria entre os protagonistas. Para [Storolow \(2000\)](#), o analista formado na perspectiva intersubjetiva seria provido da crença de que todo entendimento em relação a qualquer coisa humana é sempre uma compreensão a partir de uma visão pessoal; pressupõe, portanto, atitudes de contextualização e de falibilidade, o que significa que o psicanalista toma sua compreensão do paciente, ou do evento, dentro do campo intersubjetivo do tratamento de forma provisória, permanecendo sempre aberto para o surgimento de uma nova compreensão.

Em sua maioria, os psicanalistas consideram que “o discurso do internauta” é um discurso sem sujeito, em virtude de a lógica eletrônica das redes, da interatividade subjetiva homogeneizar todas as mensagens, todos os códigos. Sendo todos os emissores e destinatários encodificados em tais mensagens, a desolação, no sentido próprio da privação do território existencial, esvazia toda subjetividade e todo desejo ([Blaquier, 2005](#)). Os olhos de seus críticos, o “sujeito” cibernético, que é auto-referenciado, não é dividido por nada; sem causa, não tem desejo, não lhe restando outro caráter que não o virtual: o cibersujeito é um vampiro que não pode morrer; ele não é constituído da falta do princípio metafísico ontológico da imortalidade.

## 2. Da morte do autor à hermenêutica do sujeito

Na primeira fase do seu prolífero percurso reflexivo, dando continuidade ao estudo que se consagrou ao programa anti-humanista das ciências humanas, Foucault proclamava que o homem não era nem a mais antiga, nem a mais constante preocupação do saber humano, mas uma invenção recente. Data dessa fase os estudos do desvanecimento do sujeito autor na sua própria escrita e da relação entre a escrita e a morte, estudos que obliteravam qualquer possibilidade de individualidade num labor da morte que é o labor da escrita. Para Foucault (1992), o desaparecimento do sujeito-indivíduo é uma regra imanente da escrita que, em sua natureza, é um jogo ordenado de signos.

Em entrevista concedida a Claude Bonnefoy, em 1966, após o lançamento de "As Palavras e as Coisas", falando de suas dúvidas, convicções e de sua relação íntima com a escrita, o filósofo admitiu que a morte do autor que escreve se estendia aos autores que lia. Eis suas próprias palavras a respeito do desvanecimento dos autores que se citam:

Eu diria que a escrita, para mim, está ligada à morte, talvez essencialmente à morte dos outros, mas isso não significa que escrever seria como assassinar os outros e realizar contra eles, contra sua existência, um gesto definitivamente mortífero que os expulsaria da presença, que abriria um espaço soberano e livre à minha frente. De maneira nenhuma. Para mim, escrever significa lidar com a morte dos outros, sim, mas, essencialmente, significa lidar com os outros na medida em que já estão mortos. De certa maneira, falo sobre o cadáver dos outros. Devo confessar que, até certo ponto, eu postulo sua morte. Falando deles, me vejo na situação do anatomista que faz uma autópsia (Foucault (1966/ 2004).

A morte do autor, assim, ocorre em duas instâncias: na daquele que escreve e na daquele que é lido e mencionado por aquele.

Não “[Que] importa quem está falando”, uma vez que “a função de um autor é caracterizar a existência, a circulação e a operatividade de certos discursos numa dada sociedade” (Foucault, 1992, p.34). Assim, se só há comentários, não há autor, mas apenas função-autor. Essa função estaria ligada aos sistemas legais institucionais que circunscrevem, determinam e articulam o domínio dos discursos.

É em virtude da repercussão dessa fase que “mais que qualquer outro teórico "estruturalista", Foucault foi acusado de ser um pensador do tecnocratismo, que fazia da sociedade e de nosso pensamento uma máquina definida por funcionamentos anônimos inelutáveis” (Ranciére, 2004).

Embora tenha partido de perguntas como “O que é um indivíduo?” e “Como se produz o indivíduo?” Foucault passa, em seus estudos posteriores, a se perguntar “O que pode o indivíduo fazer com o que dele foi feito?”, operando um deslocamento que implicava justamente o desregramento das relações entre saber positivo, consciência filosófica e ação.

Ao mergulhar no exame dos funcionamentos reais pelos quais o pensamento efetivo age sobre os corpos, a filosofia abdica de sua posição central. Mas o saber que ela então produz não define nenhuma arma das massas à maneira marxista. É simplesmente um novo mapa no terreno desse pensamento efetivo e descentrado. Ele não fornece à revolta nenhuma consciência. Mas torna possível que a rede de suas razões casualmente se junte à rede das razões daqueles que, aqui ou ali, se valem de seu próprio saber e de suas próprias razões para introduzir o grão de areia que emperra a máquina. Assim, a arqueologia das relações de poder e dos funcionamentos do pensar não funda mais a revolta

do que a submissão. Simplesmente redistribui os territórios e os mapas. Ao subtrair o pensamento de sua posição central, ela reconhece o de cada um e o de todos (Ranciere, 2004).

Reconhecer nos últimos estudos de Foucault a preocupação em analisar as formas pelas quais o sujeito tem acesso à decifração de si e faz de si o que efetivamente é tem sido objeto de estudos.

Dando continuidade à reflexão foucaultiana do estatuto do autor, observa-se que, se a escrita condena seu autor à morte, ela se condena à imortalidade, à maldição vampírica da impossibilidade de morrer.

Não se poderia deixar de evocar aqui a leitura de Fedro de autoria de Sócrates empreendida por Derrida em “Farmácia de Platão”(1994): a escrita é simultaneamente remédio e veneno. A escrita seria o remédio da memória: perpetuaria a memória; por outro lado, seria o veneno: uma vez escrito, não se tem controle sobre esse material.

Em contraposição à fala que morre tão logo é proferida, a perpetuação da memória, substrato da escrita, daria origem a outra característica: sua imortalidade.

O email, a correspondência virtual, se constitui do paradoxo: se utilizado apenas como meio de comunicação e como tal apagado, tão logo cumpra o seu destino de estabelecer a comunicação, desvanece-se como a fala; se arquivado para quaisquer consultas posteriores tem outro substrato: constitui uma hypomnémata e como tal virtual escrita de si. Nesse sentido, ela teria uma função maiêutica, parturiente, da verdade sobre si e minimizaria a obsessão socrática de se saber que não se sabe.

### 3. “Ocupe-se de ti mesmo”: a função do outro no ato de escrever sobre si

Em seus estudos posteriores que focalizaram a forma como o indivíduo fazia de si mesmo objeto de transformação, Foucault (2004: 144) descobre que a tradição monástica da escrita dos atos e dos pensamentos teria sido transferida para as pessoas comuns, tal como o foi a tradição, igualmente monástica, da confissão, no século XVII.

Foucault (2004: 144) resgata os conselhos de Santo Antônio aos colegas ascetas para que anotassem as ações e movimentos da alma, pusessem a conhecer mutuamente, para que, por vergonha de serem conhecidos, deixassem de pecar. Obrigar-se a escrever sobre os atos desempenharia o papel de um companheiro: o caderno de notas cumpriria para aquele que está só o papel do companheiro; obrigar-se a escrever sobre os pensamentos e todos os movimentos da alma resultaria na prática muito próxima da confissão (Foucault, 1993) e atuaria como arma no combate espiritual.

Encontrou em Epíteto, Sêneca e Plutarco referências ao papel da escrita na ascese (de “askesis”), não no sentido cristão de renúncia ao prazer, mas no de “adestramento de si por si mesmo”, isto é, como um trabalho que fazemos em nós mesmos para nos transformar. A escrita como ato de escrever para si e para outrem se colocava entre essas formas desse auto-adestramento que compreendiam abstinências, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncio e escuta do outro. Meditar (*meletan*), escrever (*graphein*) e treinar (*gymnazein*) era a fórmula aconselhada por Epíteto, para se auto-adestrar (Foucault, op.cit.: 144). Para Sêneca, na prática de si, a escrita deveria ser alternada com a leitura: implicava a leitura, por não ser “possível tudo tirar do fundo de si próprio nem armar-se por si só com os princípios de razão

indispensáveis à conduta; guia ou exemplo, o auxílio dos outros é necessário” (Foucault, op.cit.: 144). Como etapa de treino de si, a escrita tem, na expressão que Foucault resgata em Plutarco, “uma função *etopoiética*: a de um operador da transformação da verdade em *ethos*” (Foucault, op.cit.: 144) que implica as relações do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com a verdade. Longe de implicar renúncia, implica progressiva auto-consideração e auto-domínio.

Os *hypomnemata* e a correspondência constituíram as duas formas pelas quais operava a escrita etopoiética, a escrita de si como operadora da transformação da verdade em *ethos*. Os *hypomnemata* que nasceram como anotações de comerciantes para efeito de controle contábil passaram a constituir anotações de coisas lidas, ouvidas ou pensadas destinadas à releitura e à meditação posterior. A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si, pelo resgate dos *hypomnemata*, é, à análise de Foucault (2004), uma maneira refletida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam o seu uso. Os *hypomnemata* resgatados no processo da escrita passariam a constituir parte do próprio autor (Foucault, op.cit.: 146), por fixarem os elementos adquiridos aos quais podemos recorrer sempre que quisermos, opondo-se à dispersão própria da leitura (à qual acrescentaria: da interação oral) . É por essa razão que a escrita dos *hypomnemata* se constitui mais como uma das atividades de subjetivação.

A função *etopoiética* da escrita, ainda que apresente sua especificidade, também era admitida no oriente: o samurai, guerreiro japonês dedicava-se à arte da caligrafia, o *shodo* (que significa caminho da escrita), a arte da escrita milenar japonesa, para se conhecer. Dedicava-se à escrita, por acreditar que o domínio do pincel lhe permitiria maior autoconhecimento – uma vez que a escrita no papel poderia expressar sensações ainda inconscientes: concentrando-se e persistindo no traço, o guerreiro educaria as mãos e a si (Aragaki, 2005).

#### 4. A função do (O)outro no falar sobre si: conhece-te a ti mesmo

Instituída como uma manifestação de adesão pública ao cristianismo, de um ritual de assujeitamento do indivíduo como cristão e como penitente, a confissão se realizava sob a forma da *exomologesis*, que consistia na revelação das próprias faltas diante da comunidade, revelação pública; mais tarde, passou a ser realizada por meio do *exogonesis* que consistia da manifestação verbal do pecador a um interlocutor hierarquicamente determinado a quem cabia acolher a confissão, avaliá-la e aplicar-lhe a penitência.

A partir de então, foi difundida como técnica, para efeito de extração da verdade, passando a ser utilizada nas mais variadas instituições: no interrogatório policial, nos tribunais, no exame médico, no exame escolar. A instituição do dispositivo da confissão para efeito de extração da verdade se legitimou, por a verdade se mostrar não estar unicamente no sujeito que a revelaria pronta e acabada ao confessá-la, mas se constituir na dupla ação – na ação daquele que fala e na daquele que ouve. Àquele se incumbe a tarefa de dizer a verdade; a este que escuta cabe a função hermenêutica: ele não é simplesmente o dono do perdão, o juiz que condena ou isenta, mas o que decifra a verdade. “Seu poder em relação à confissão não consiste somente em exigí-la, antes

de ela ser feita, ou em decidir após ter sido proferida, porém em constituir, através dele e de sua decifração, um discurso de verdade” (Foucault, 1993, p. 66).

Assim, mais do que extorquida, a verdade emerge no próprio processo da confissão: é o próprio processo da confissão que engendra a verdade. É, por essa razão que, pela via da confissão, com seu postulado implícito segundo o qual o outro detém a decifração do sentido do que se confessa que as estratégias de poder e de saber vão investir os corpos de concupiscência ou de sexualidade (Mezan, Renato. 1985: 55).

Para além dessa natureza hermenêutica, por um caráter pletórico, o enunciado confessado transborda a si e revela aspectos não pretendidos pelo confessando. Essa economia da confissão leva à evocação da máxima lacaniana de que o inconsciente é constituído de uma cadeia de significantes sobre os quais não se tem controle, cadeia essa que se revela na aplicação do método psicanalítico da “associação livre”, inventado por Freud, e permite ao analista o procedimento da direção da cura. É por essa razão que é possível se pensar que a confissão permite o acesso à própria subjetividade.

Eis o duplo efeito como economia do dispositivo da confissão: ao ser extorquida do confessando pelo confessor, a verdade revela-se neste e além de liberar aquele, permite-lhe saber sobre si. Eis a economia do dispositivo da confissão.

Constituindo um dos mecanismos que transformam indivíduo em sujeito, permitindo-lhe uma relação consigo mesmo, a confissão tem papel central no processo da subjetivação e, como tal, na constituição da ontologia do homem contemporâneo, ontologia esta que não estaria na origem, como quer a tradição filosófica, mas, como projeto, como produção, como devir.

Em que a confissão é capaz de assumir essa função hermenêutica? Como podemos nos tornar hermeneutas de nós mesmos, ao exprimir, verbalmente ou por escrito, todos os nossos pensamentos? A confissão confere ao mestre, cuja experiência e sabedoria são maiores, um saber que lhe permite ser um conselheiro melhor. Mesmo se, em sua função de poder discriminante, o mestre não diz nada, é como se o pensamento exprimido tivesse um efeito discriminante.

## **Análise do corpus**

Antes que se proceda à análise do discurso, faz-se necessária a explicitação das condições de produção do discurso do qual se constituiu o presente corpus de análise. Os recortes discursivos contemplam as interações institucionais escolares que não passaram incólumes à ordem do discurso que dita a virtualização de tudo que é atual e a atualização de tudo que é virtual. Para além do bem e do mal julgamento que se possa fazer do suporte virtual da comunicação, o corpus privilegiou a interação entre uma orientadora e orientandos de dissertação de mestrado em Linguística Aplicada.

O excerto (doravante E) 1 de um email ou mensagem eletrônica, abaixo transcrito, focaliza o pedido de ajuda da orientanda (doravante O) 1 à orientadora sobre uma parte da dissertação relativa a teorias de leitura:

E1.

O1.

Oi, professora, tudo bom?

Estou às voltas com o capítulo de leitura, mas tenho algumas dúvidas (para variar!).

Levantei as habilidades do SARESP [*M1 se refere à avaliação institucional externa a que os alunos são submetidos, avaliação esta objeto de análise de sua dissertação*], para tentar obter uma orientação nas leituras que estou fazendo das teorias sobre estratégias de leitura. No entanto, receio estar fazendo errado. Não consigo fechar as leituras. Será que a senhora poderia me esclarecer se:

- a) estabelecer relações entre partes e o todo é BOTTOM UP?
- b) identificar o tema é TOP DOWN?
- c) pontuação pode ser vista por meio de conhecimento prévio?

Desculpe por não entender, apesar de suas explicações, mas quando chego e preciso fazer sozinha, fico confusa.

Embora apresente elocuições próprias de ocupação do lugar de orientando, quando faz OR1 crer que ela, O1, tem independência intelectual para conduzir a redação da dissertação, mencionando que levantara as habilidades para obter orientação nas leituras de teorias, o discurso de O1 apresenta peculiaridades. Observe-se como a mensagem eletrônica apresenta enunciados que tangenciam aos de interações próprias de orientação face-a-face de cursos de mestrado. Em sessões de orientação tradicional (entenda-se sem a mediação da interação virtual), em fase de redação de dissertação, o orientador limitar-se-ia a receber o capítulo e procederia à sua leitura, para emitir posteriormente sugestões; por sua vez, as elocuições de O1 certamente se reduziriam em lamentar a dificuldade que tivera para redigi-lo. Em situação de orientação mediada por suporte virtual, entretanto, as elocuições de O1 revelam aproximar-se das de sala de aula: quando solicita ajuda por meio das perguntas a), b) e c), O1 revela enunciar, ocupando o lugar de aluno, aquele que não entendeu o que leu. A voz da ocupação desse lugar, aliás, dá início ao email: “Oi, professora, tudo bom? O1, fugindo a seu hábito de chamar o orientador pelo nome em interações face a face, hábito esse comum entre orientandos, O1 se refere a sua orientadora como “professora”. Essa voz se repete quando solicita “será que a senhora pode me esclarecer?”.

O aspecto peculiar ao excerto em análise diz respeito a “confissões” de O1: note-se a sua admissão 1. de que sempre tem dúvidas, ao mencionar “para variar”; 2. de que receia estar conduzindo as leituras de forma equivocada; 3. de que “não entende apesar das explicações de OR1” e 4. de que “quando tem de redigir sozinha fica confusa”. Essa série de confissões parecem ter sido suscitada pela “correspondência” virtual.

Observe-se, em seguida, a resposta de OR1 à mensagem de O1:

E2

OR1  
Prezada O1,

Com relação a a) e b) estabeleça o seguinte critério:  
Se trata-se de leitura global será sempre top-down;  
Se trata-se de leitura de detalhes será botton-up

Assim, b) requer top-down, já que o tema permeia/ subjaz ao texto como um todo; ele não está em uma parte específica do texto; a) depende da questão se ela requer a leitura global e a leitura do detalhe é à associação de top-down com botton-up que se deve recorrer.

Certamente determinada pelas elocuições próprias de aluno em sala de aula proferidas por O1, OR1 lhe responde, ocupando o lugar de professor: explica cada pergunta de O1. Essas explicações de OR1 certamente liberaram O1 de voltar aos

textos teóricos e de articular o conteúdo desses textos com as habilidades de leitura levantadas das questões da avaliação institucional, para só então constituir o capítulo de sua dissertação. Sob o ponto de vista da relação acadêmica, não se pode deixar de admitir que esses procedimentos dos quais O1 é liberada alijam-na de um processo maiêutico de parir a verdade de sua dissertação, por ela não se deslocar da posição de aluno para a de orientanda, posição que lhe requer independência intelectual. Do ponto de vista da possibilidade da hermenêutica de si, como O1 não faz uso de hypomnêmata, isto é, por não fazer consultas a anotações de leitura, não refletir sobre sua conduta, valendo-se sempre de OR1, ela não procede à escrita de si. Há apenas a morte do autor e não há hermenêutica de si, a possibilidade de O1 decifrar-se. Só há hermenêutica quando há parresia, a palavra certa – do mestre ao aluno ou do médico ao paciente, no caso do presente estudo, do orientador ao orientando – que promova a melhoria do orientando.

No E3 abaixo, já em outra fase da redação, O1 envia um outro email para OR1, solicitando, desta vez, ajuda para proceder à análise de dados.

E3.

O1

Oi, professora.

Estou enviando a parte de análise de dados só para a senhora ver se está certo. Estou de novo com medo de estar fazendo errado. É estranho. Eu sempre acho que o que eu escrevo não é meu.

O1 continua a repetir as elocuições determinadas pela ocupação do lugar de aluno, mencionando novamente a dúvida em como proceder e o receio de que não esteja conduzindo a análise de forma precisa. Essa seqüência de dois excertos de mensagens eletrônicas dirigidas por O1 a OR1 constitui, na verdade, uma ilustração de uma série de outras que apresentavam o mesmo caráter quase ritualizado: solicitação por elucidação e manifestação do receio de que o trabalho não esteja correto. Essa seqüência já permite a percepção de que o receio de O1 parece significar, mais do que temer que a condução da dissertação não esteja correta, temer que a dissertação não esteja a contento de OR1. Demandando o amor de OR1, O1 solicita-lhe atenção.

OR1, como procedeu em resposta à mensagem anterior de O1, explica detalhadamente como esta deve proceder com relação a categorização de análise

E4.

OR1.

Veja como se categorizam os dados: separam-se passagens dos textos por semelhanças (as chamadas regularidades discursivas). Como verão depois dessas divisões, chamadas categorias de análise (escola, amizade e auto-estima), aproximam-se os textos para se poder enxergar.

As respostas prontas de OR1 aos anseios de O1 – nos dois sentidos de prontas: de imediatas e de completas – não impulsionam O1 a tomar decisões e a assumir a posição-autor da dissertação, daí sempre temer que o que escreve não esteja correto e que não sente o texto como de sua autoria.

O1 revelando tomar OR1 como sujeito suposto-saber, como aquele que tem as respostas para o seu problema. Atendendo a todas as demandas de O1, OR1 se torna inteira, toda, não se lhe constituindo como falta e, portanto, não lhe suscitando o desejo do desejo de OR1 por si.

Observe-se, agora, abaixo transcrito, um excerto da mensagem de OR1 em resposta ao envio de parte de sua dissertação por outra orientanda, O2, sem solicitação por elucidação de problemas como era habitual nas mensagens de O1:

E5.

OR1

Veja como se insere o segmento que se recorta dos textos; deve ser diferenciado do corpo do texto, pelo uso do itálico, com afastamento e separado por um espaço. Cada segmento recortado deve ter uma numeração única em relação a todos os outros: este é S1, isto é, segmento 1 e A11 significa aluno do texto 11.

A11: Aqui vim a ter a oportunidade de realizar meu sonho de um estudo superior, este que não tive na infância, nem na juventude,

Essa mensagem constitui parte da orientação de OR1 a O2 sobre como diagramar os recortes discursivos, quando do envio de desta, sob suporte eletrônico, de parte da análise de dados empreendida àquela. Note-se como, certamente determinada pelo suporte informatizado, para se preservar do risco de não ser suficientemente clara, OR1 não só explica textualmente como chega a rediagramar um recorte discursivo apresentado por O2.

Eis, abaixo, outra interferência de OR1 no texto enviado, via email, por O2:

E6.

OR1

Além das respostas, as professoras sentiram necessidade de justificarem suas respostas (frase da dissertação de OR1).

[Comentário de OR1: *Não se é possível afirmar que sentiram necessidade (são elas é que sentem). O que o analista deve dizer é que elas REVELAM, DEMONSTRAM sentir necessidade*]

A passagem do E6 digitado entre colchetes e em itálico constitui o comentário tecido por OR1 pelo acionamento do dispositivo de “inserção de comentários”, disponível na versão do pacote Microsoft Office 2003 (MSOFFICE 2003). Mais especificamente, OR1 faz uso do dispositivo de inserção de comentário<sup>1</sup>, ferramenta disponível na versão Microsoft 2000 que permite ao comentador interferir no momento exato do texto sob análise, procedendo a correções e emitindo sugestões em uma caixa que aparece na margem direita.

Neste momento em que se apresentaram as mensagens de OR1 enviadas para O2, é possível se observar um procedimento como orientadora que lhe é regular: tal como O1, demandando amor de seus orientandos, ela se lhes oferece.

O E7, abaixo transcrito, retoma a seqüência de orientação de O1.

E7

O1

*Oi professora*

*Estou mandando a parte da leitura, mas não sei se ficou bom.*

*A primeira parte, não tinha pensado naquilo que a senhora me escreveu: eu precisava mesmo ler de novo, pensar no que acontece na sala de aula, depois reler o que eu tinha escrito antes. Preciso ter mais paciência. Agora acho que está bom.*

Observe-se como o discurso de O1 se apresenta a uma mudança da condução da orientação de OR1. A mensagem de O1 faz pressupor que OR1 não tenha, como

---

<sup>1</sup> O uso desse dispositivo por alunos foi explorado no estudo anterior “Escrita virtual e subjetividade: uma teleologia ascética” apresentado no Congresso Brasileiro de Linguística (Abralín) de 2005.

em outras mensagens, atendido às suas solicitações. O1 revela ter-se debruçado sobre seu texto e ter percorrido o ciclo postulado por Sêneca como potencial para a hermenêutica de si – ler, anotar, refletir sobre a ação, resgatar as anotações e escrever. Embora ainda inicie a mensagem manifestando dúvidas quanto ao teor de seu texto, O1 a encerra admitindo uma aproximação com seu texto. *Preciso ter mais paciência* admite O1, comprovando a economia da orientação sob suporte virtual: ao escrever para sua orientadora e, para tal, refletir sobre ações que precederam esse ato, O1 tem acesso, ainda que não tenha consciência e nem o tenha pretendido, a uma decifração de si.

Na relação de orientação virtual estabelecida entre O1 e OR1, ambas demandando amor, parece indiciar uma possível relação intersubjetiva: os processos de constituição subjetiva de O1 e de OR1. Essa intersubjetividade é possível porque, em lugar de desvanecimento do sujeito virtual – pressuposto pela intangibilidade que lhe é característica –, dada à tangibilidade da escrita – ainda a forma inerente à tecnologia de comunicação informatizada – que, por sua vez determina a escrita de si, a orientação virtual permite-lhes uma decifração de si, ainda que não a pretendam.

## Conclusão

Os resultados da análise levam à conclusão de que a orientação virtual que se realiza por meio da escrita, por exigência do próprio suporte tecnológico, permite aos redatores vislumbrar a hermenêutica de si (Foucault, 2004). Esse conhecer-se a si mesmo foucaultiano é possibilitado pela economia da escrita epistolar: o gesto da escrita atua sobre aquele que a envia assim como, pela leitura e releitura, sobre aquele que a recebe.

Eis a aporia fundante da escrita orientada: para além da morte do autor, a *hypomnemata* de Fedro revelou-se como técnica que engendra o sujeito e lhe permite liberar-se, ainda que minimamente, da obsessão filosófica de saber-se que não se sabe.

## BIBLIOGRAFIA

ARAGAKI, Bruno. A Alma do Kanji. In: *Made in Japan*. Ed. Japan Brasil, no 88, 2005

BLAQUIER, Jean-Louis: L'Internet et Psychanalyse, <http://www.philagora.net/>

FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In *Ditos e Escritos V*. RJ: Forense Universitária, 2004

-----*História da Sexualidade 1, a vontade de saber*. RJ. Edições Graal, 1993

-----A palavra nua de Foucault. “Folha de São Paulo”, 22 de Novembro de 2004 Tradução de Clara Allain.

DERRIDA, Jacques. *A Farmácia de Platão*, Editora Perspectiva, SP, 1975 (Tradução brasileira).

LACAN, J. (1966) *Escritos*. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LLAPASSET, Joseph. De l'intersubjectivité et d'internet <http://www.philagora.net/>

LEVY, Pierre. *O Virtual*. São Paulo, SP. Editora 34, 2001

STOLOROW, Robert. Percurso (2000) Revista Percurso 24: 1/2000, 97 – 101. Psicanálise relacional – Entrevista Robert Stolorow. Rio de Janeiro